

As (dis)funções das praças públicas de Rondonópolis-MT: um estudo aplicado a duas praças

The (dis)functions of public squares in Rondonópolis-MT: a study applied to two squares

Camila Cláudia de Jesus Rodrigues¹

Josenilton Balbino de Melo²

Aires José Pereira³

Resumo: A pesquisa tem como objeto de estudo duas praças localizadas no espaço urbano da cidade de Rondonópolis-MT. Das características principais da pesquisa, uma praça que é projeto da Prefeitura Municipal de Rondonópolis, localizada num importante bairro, que é a Vila Operária. A outra praça, é um investimento de uma imobiliária, ou seja, é do capital privado, onde está apresenta uma excelente estrutura e manutenção diária. Dentre os aspectos, buscou-se com a pesquisa, fazer um comparativo das duas praças, com relação a função desempenhada bem como possíveis disfunções de seu uso, para isso, levantou-se informações da infraestrutura existente nesses espaços como também os seus problemas, seja eles no aspecto da infraestrutura, segurança, comércio informal. Desse modo, através do trabalho de campo, utilizando o procedimento de entrevista informal, foi possível compreender quais os fatores que atraem ou repelem os usuários desses espaços. Também através do registro fotográfico, identificamos o uso do espaço público pela iniciativa privada.

Palavras chave: Praça; Função; Espaço Público; Rondonópolis – MT.

Abstract: The research has as its object of study two squares located in the urban space of the city of Rondonópolis-MT. Of the main characteristics of the research, a square that is a project of the Rondonópolis City Hall, located in an important neighborhood, which is Vila Operária. The other square is an investment by a real estate company, that is, it belongs to

¹ Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Rondonópolis – UFR. E-mail: <camilageo2017@outlook.com>.

² Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT. E-mail: <joseniltonbalbino@hotmail.com>.

³ Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Professor Associado I do colegiado de Geografia da Universidade Federal de Rondonópolis – UFR. E-mail: <aires@ufr.edu.br>.



private capital, where it has an excellent structure and daily maintenance. Among the aspects, it was sought with the research, to make a comparison of the two squares, with respect to the function performed as well as possible dysfunctions of its use, for that, it was raised information of the existing infrastructure in these spaces as well as their problems, either them in the infrastructure aspect, security, informal trade. In this way, through fieldwork, using the informal interview procedure, it was possible to understand which factors attract or repel users of these spaces. Also through the photographic record, we identified the use of public space by the private sector.

Keywords: Square. Occupation; Public place; Rondonópolis – MT.

Introdução

As praças têm um papel muito importante no contexto histórico das cidades, sejam elas de dimensão grande ou pequena. Dispondo a atribuição de representar e agregar o espaço de uma cidade, as praças públicas se realçam devido suas áreas verdes e por exibir à função de lazer e embelecer as cidades e a condição de qualidade de vida.

As praças exercem como um local de distrações de um definido bairro ou cidade, não se limitando somente para lazer, mas também a uso comerciais, eventos, etc. A estabilidade de uma praça é de dever da prefeitura de uma cidade, preocupar-se com a sua estrutura, mais muito dos casos isso não ocorre.

Eventualmente as praças deixam de desempenhar as suas funções de destinação principal, está sendo usadas para moradias de mendigos e pontos de comércios de vendedores ambulantes. Relativamente com a expansão de habitantes das cidades, verifica-se que acontece uma diminuição de território propicia espaços para lazer na malha urbana.

O processo Global na contemporaneidade, em conjunto com o aumento da urbanização, vem apresentando-se uma tribulação para os locais comunitários condicionar sua utilidade é serventia, uma vez que, os mesmos vêm encarando dificuldades em manutenções desses espaços públicos, como ocupação de comerciantes ambulantes, mendigos e usuários de drogas, constituindo nesses espaços uma ocupação, contribuindo a territorialidade dessas áreas diferentes a que são de destino.

Dessa maneira, a análise dessa pesquisa, propõe-se questionar a autenticidade das praças públicas no município de Rondonópolis, examinando a aplicabilidade das diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor nas atuações das políticas da cidade de Rondonópolis para os espaços atribuídos às praças, e abordando as diferenças de praças sendo construídas por iniciativa privada e pelo município.

A cidade de Rondonópolis vem passando por uma expansão urbana de forma acelerada, como em muitas outras cidades espalhadas pelo Brasil, sem um planejamento urbano adequado aos seus problemas sociais e ambientais. Significando dizer que, em suas vicissitudes existem emblemáticas situações de proximidade do caos urbano, desde o congestionamento do trânsito, falta de arborização urbana, ocupação irregular de áreas de riscos, ou mesmo uso e ocupação do solo de maneira inadequada à falta de lugares aprazíveis para uma saúde mental de sua população. Quando se afirma de saúde mental de sua população, refere-se a uma cidade que seja sustentável não só na economia, mas que seja também sustentável social e ambientalmente.

As praças, obedecendo ao que lhes são propostas enquanto tais, com certeza minoraria os problemas urbanos que povoam os espaços citadinos e que perpassam por falta de políticas públicas e privadas que de fato, respeitam o cidadão e o ambiente onde a cidade se assenta. Assim sendo:

As praças vêm transitando por um processo de perda de função principal de lazer coletivo, pelo resultado de surgimentos de novos lugares de lazeres, como shopping, clubes. Isso fez com que as praças em decorrência desse abandono, cedessem lugar a novos tipos de apropriação, que influenciaram na perda da história e da cultura contidas nesses espaços (SILVA, 2009, p. 202).

Vale salientar que, no caso específico de Rondonópolis as praças não têm perdido seus espaços de lazer coletivo, sociabilidade etc. para shoppings e clubes, por exemplo, pois estes também são raros na cidade. O que se tem percebido ao longo dos anos é que a mentalidade das pessoas tem ficado diferente em relação ao uso e ocupação das praças, não apenas em Rondonópolis, mas em quase todas as cidades brasileiras. São poucas as cidades no Brasil em que as praças cumprem com suas funções.

O objetivo deste artigo é compreender o processo de utilização das praças públicas da cidade de Rondonópolis-MT a partir da análise de duas praças: uma idealizada pela iniciativa privada e outra pelo Poder Público Municipal.

Procedimentos Metodológicos

Os procedimentos metodológicos são fundamentais para o desenvolvimento de uma pesquisa científica, pois através do método e das técnicas desenvolvidas, conseguimos ou não

atingir as questões propostas na pesquisa como também ter uma coerência lógica e sistemática. Sendo assim, torna-se importante resgatar o significado da palavra metodologia, que segundo Andrade (1993, p. 103) a metodologia “é o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento”.

A metodologia deve representar a “espinha dorsal” de qualquer pesquisa. Qualquer que seja o caráter da pesquisa, essa deve apoiar-se em um tripé fundamental que se define: a) pelo domínio do conhecimento específico, teórico e conceitual; b) pelo domínio da metodologia a ser aplicada; c) pelo domínio das técnicas de apoio para operacionalização do trabalho (ROSS, 1990, p. 32).

Segundo Marconi e Lakatos (1991, p. 221) os métodos de procedimentos:

Constituem etapas mais concretas da investigação, com finalidades mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos menos abstratos. Pressupõem uma atitude concreta em relação ao fenômeno e estão limitadas a um domínio particular.

Portanto, através dos procedimentos metodológicos descritos na pesquisa científica, é possível ao leitor saber os caminhos percorridos no seu desenvolvimento até os resultados obtidos. Para o desenvolvimento dessa pesquisa foram utilizados e produzidos os seguintes procedimentos metodológicos:

1ª Etapa: o levantamento bibliográfico pertinente ao assunto da pesquisa partiu da literatura já existente, em fontes como livros, revistas, artigos científicos, dissertações e teses. Esse levantamento nos possibilitou o subsídio teórico-conceitual e metodológico para a precisão na elaboração desse trabalho e no entendimento do objeto em estudo.

2ª Etapa: partiu-se da delimitação da área de estudo, sendo possível a elaboração de mapa de localização utilizando o Software do Google Earth, onde foram identificados e destacados os espaços públicos objeto de estudo dessa pesquisa;

3ª Etapa: o trabalho de campo, buscou-se realizar o registro fotográfico da área de estudo sendo registrado os equipamentos/infraestrutura desses espaços.

E também, dando prosseguimento ao trabalho em questão elaboramos e aplicamos questionário a algumas pessoas responsáveis pelas praças para obtermos maiores informações que coadunem com o que se propõem a pesquisa geográfica.

4ª Etapa: foram feitas algumas entrevistas com frequentadores aleatórios, tanto da praça Bom Jesus quanto a praça da Gustavo Morais Júnior para que os mesmos expressassem

seus anseios e desejos em relação ao seu uso e ocupação enquanto espaço público e, teoricamente de qualidade ambiental saudável.

A “Praça” enquanto lugar comunitário

A praça pública, desde o seu primórdio, exerce uma função para a sociedade de um espaço de lazer, cultural e de cordialidade humana. Assim como argumenta Gomes (2007, p. 102):

A praça como espaço público constitui, desde os seus primórdios, um referencial urbano marcado pela convivência humana. É, portanto, um importante equipamento histórico e cultural urbano que expressa o surgimento e o desenvolvimento de inúmeras cidades, especialmente, no Brasil.

No momento que mencionamos ao vocabulário praça, é imediato temos a noção de um espaço público urbano com a serventia de conceder um variado de opções de atividades de lazer. Para que as praças cumpram a todas as atribuições referentes à aplicação de seus espaços, é essencial que as mesmas contenham boas estruturas, Declara Barros e Virgílio (2003, p. 537):

Para que a praça exerça todas essas funções é necessário que a mesma esteja promovida de elementos naturais e antrópicos, tais como vegetação de porte diferenciado, quadras poliesportivas, playground, áreas sem pavimentação, bancos, árvores etc., e que sua distribuição espacial seja democrático e atenda a totalidade da população.

Contudo, ao argumentar sobre essa questão necessitamos refletir o mau funcionamento em que as mesmas retratam nos dias atuais. Na compreensão de Santos (1997, p. 150), “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”.

Para Veríssimo e Bittar (2000, p. 19), “[...]uma cidade não vive sem uma praça, ela é fundamental para o imaginário e a vida do homem urbano”. Dessa forma a praça é *sine qua nom* na organização e qualidade ambiental de uma cidade, bem como, enaltece o orgulho de seu morador. De acordo com Rigotti, (1965, apud DE ANGELIS et al, 2005, p. 2) “as praças são locais onde as pessoas se reúnem para fins comerciais, políticos, sociais ou religiosos, ou

ainda, onde se desenvolvem atividades entretenimento”. Exatamente isto que vimos ao visitar algumas praças em Rondonópolis, como veremos ao longo deste trabalho.

As praças em um momento histórico tinha uma grande função para as cidades, principalmente em cidades pequenas onde utilizam os espaços como palanques de festas religiosas e festas culturais, é comum se conversamos com os nossos pais ou avós eles fazerem esses relatos, da importância dessas áreas nas suas infâncias, também não podemos desconsiderar que as tecnologias também contribuí para o desfeto desses lugares, pela grande diversidade de outros lugares como lazer, como shopping, clubes, e entre outras opções que atualmente temos. De Angelis (2005) faz o seguinte comentário:

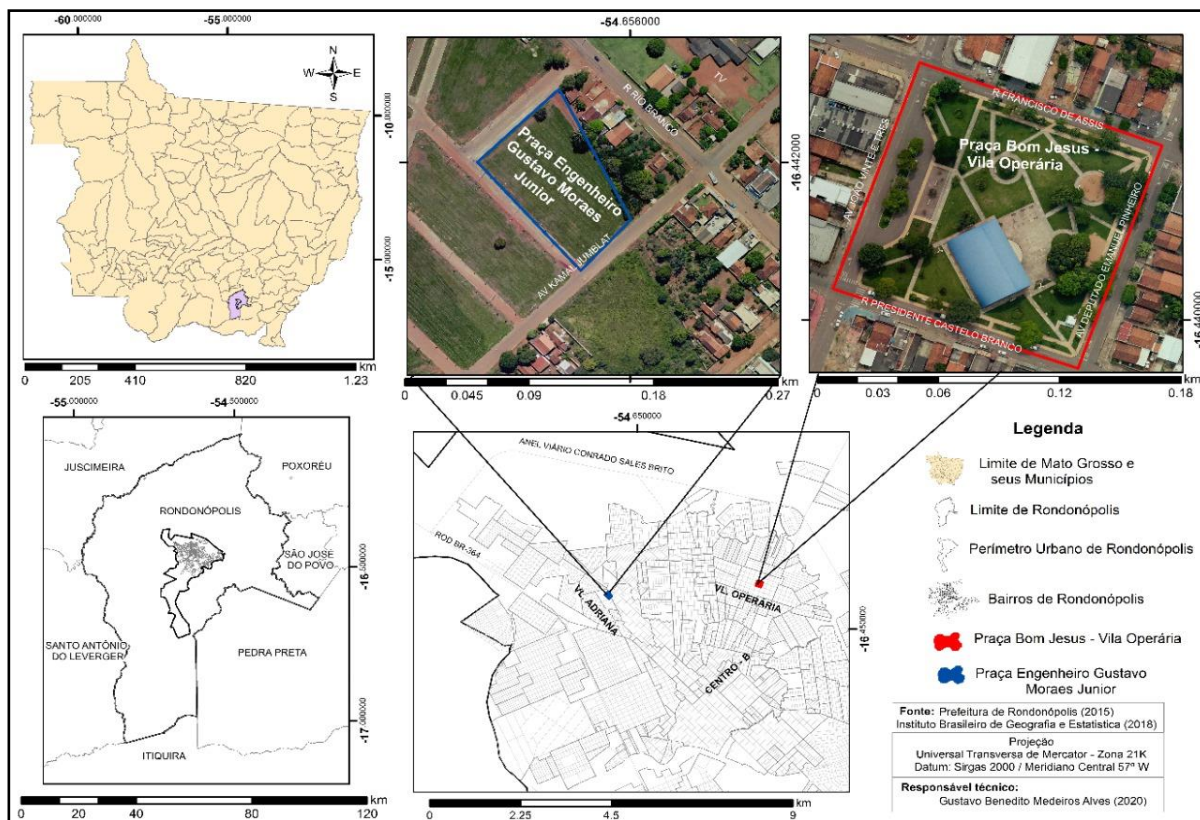
A partir do momento em que as estruturas logísticas dos mercados, a troca de informação e a própria informatização, aliados ao processo de globalização” [...] “distanciaram-se da dimensão comunitária da coletividade, e se aproximaram do privado na sua dimensão familiar, se não, ao seu isolamento individual (DE ANGELIS et al, 2005, p. 3).

As pessoas usam a praça do centro, hoje, pelos motivos mais distintos: compra e venda de carro, pegar o transporte coletivo, beber uma cerveja, tomar um café ou fazer lanche, oferecer serviço de diarista (pedreiro, pintor, eletricista e encanador (BORGES, 2001, p. 86).

Averiguando esta citação compreendemos as divergências sociais deslocadas nas praças. De modo em que pessoas utilizam o espaço para oferecer e prestar serviços, outras estão usufruindo ao seu descanso e lazer. Ela continua apresentando as discrepâncias da população que a utiliza de maneira social-hereditária, alguns para se exibirem, outros para procurarem renda.

Para VIERO e BARBOSA FILHO (2009, p. 1), “A possibilidade do contato interpessoal público, oferecida pela praça, permite o estabelecimento de ações culturais fundamentais, desde interações sociais, até manifestações cívicas”. O espaço da praça concede ao cidadão poder fazer o que lhe é de direito, manifestando livremente e por qualquer causa pelos espaços públicos, permite a ele se expressar de todas as formas, concede ao mesmo noção de identidade urbana, o que o lazer na esfera da vida privada não pode proporcionar (QUEIROGA apud Viero e Barbosa Filho, 2009).

Mapa 1: Localização das praças no contexto de Rondonópolis



Praça Gustavo Morais Júnior

A praça constitui-se no espaço exemplar para coabitação da sociedade, onde são utilizadas como áreas de lazeres.

Fotografia 1: Praça Gustavo Morais Júnior



Fonte: RODRIGUES, Camila Cláudia de Jesus. Pesquisa de campo realizada em 22/12/2019.

No entendimento de Costa (2010, p. 25) “a praça é um lugar público e urbano onde a população possa desfrutar momentos de lazer”. A praça construída no Bairro Jardim da Mata I Rondonópolis-MT, segundo o jornal Tribuna a obra foi feita a partir da iniciativa privada, através da Lei Municipal “adote uma praça” que permite a qualquer pessoa construir ou reformar uma praça em uma área pública.

Fotografia 2: Praça Gustavo Morais Júnior



Fonte: RODRIGUES, Camila Cláudia de Jesus. Pesquisa de campo realizada em 22/12/2019.

O espaço conta com parque infantil, quadras de vôlei e basquete, campinho de futebol. Como se pode observar através da fotografia 01 da Praça Gustavo Morais Júnior, localizada no bairro Jardim da Mata na cidade de Rondonópolis e, por isto mesmo é bastante frequentada pelos moradores e visitantes. Aos seus usuários dá uma sensação de conforto, paz e harmonia, pois a mesma representa aquilo que uma Praça deve ter, ou seja, a Praça é bem organizada e desempenha a sua função a qual lhe foi designada.

Fotografia 3: Praça Gustavo Morais Júnior



Fonte: RODRIGUES, Camila Cláudia de Jesus. Pesquisa de campo realizada em 22/12/2019.

O uso desse espaço nos finais de semana é constante, principalmente pelos jovens, onde levam seus tererês, caixinhas de músicas para aproveitar o fim de tarde no domingo. Como podemos observar o complexo esportivo é um espaço grande, mas ainda não está finalizado com as devidas estruturas. Os frequentadores dessas praças são jovens, adolescentes e adultos que moram em seu entorno e também de pessoas que se deslocam de outros bairros até o local para praticar esportes e curtir a área de lazer. Elas veem o local como área de encontros de amigos, etc.

Fotografia 4: Praça Gustavo Morais Júnior



Fonte: RODRIGUES, Camila, Cláudia de Jesus. Pesquisa de campo realizada em 22/12/2019.

Nessa fotografia também notamos o uso de propriedade pública pelo setor privado, sabendo que nesse local a grande concentração de crianças é constante, favorecendo os lucros para o proprietário do pula-pula. Tomar tereré e também as crianças vão para se divertir no parque.

Fotografia 5: Praça Gustavo Morais Júnior



Fonte: RODRIGUES, Camila Cláudia de Jesus. Pesquisa de campo realizada em 22/12/2019.

Os pais usam o espaço da praça para ciclismo com seus filhos, devido a área ser favorável ao lazer. Na fotografia 5 é possível observar os vendedores ambulantes com seus carros e barracas vendendo seus produtos, como sorvete, pipoca, sucos e lanches. É notório observar a grande diferença das duas praças estudadas, a praça Gustavo Morais Júnior, que foi construída pela iniciativa privada, tornou-se bastante atrativa, as manutenções são feitas adequadamente, como iluminação, alternativas de diversões tanto atendendo diferentes públicos de idade, mas também apresenta o uso de espaço público pelo comércio privado, como carrinhos de sorvetes, algodão-doce, pipoca etc., é importante citar que esses fatores do comércio irregular, de certa forma também contribui para o local ser atrativos.

É uma área bastante frequentada por moradores de todos os bairros, devido suas atratividades, possui uma fonte de água onde as crianças e até adultos utilizam para se refrescar, a iluminação da praça é adequada, finais de semana que o movimento é mais intenso, contam com viatura da polícia militar que fornece mais segurança.

Fotografia 6: Praça Gustavo Morais Júnior



Fonte: RODRIGUES, Camila Cláudia de Jesus. Pesquisa de campo realizada em 22/12/2019.

Assim sendo, as praças estão inseridas neste contexto, em que a paisagem deve ser valorizada e seus espaços bem estruturados e planejados. Caso contrário esses espaços, nesse caso, as praças, acabarão se tornando basicamente uma mercadoria, como aponta o geógrafo Santos: “o espaço uno e múltiplo, por suas diversas parcelas, e através do seu uso, é um conjunto de mercadorias, cujo valor individual é função do valor que a sociedade, em um dado momento, atribui a cada pedaço de matéria, isto é, cada fração da paisagem” (SANTOS, 1997, p. 83).

É notório observar a grande diferença das duas praças estudadas, a praça Gustavo Morais Júnior, que foi construída pela iniciativa privada, tornou-se bastante atrativa, as manutenções são feitas adequadamente, como iluminação, alternativas de diversões tanto atendendo diferentes públicos de idade, mas também apresenta o uso de espaço público pelo comércio privado, como carrinhos de sorvetes, algodão-doce, pipoca etc., é importante citar que esses fatores do comércio irregular, de certa forma também contribui para o local ser atrativos.

A um site agência de notícias primeira hora da cidade de Rondonópolis foi concedida uma entrevista com a parceira privada pela construção da praça. De acordo com Letícia Carvalho, diretora administrativa da NC Imóveis, empresa responsável por construir e manter outras duas praças em Rondonópolis, o projeto é um fruto da vontade de ajudar a transformar a cidade mais bonita, mais arborizada, com mais área de lazer e mais ambientes onde os moradores possam usufruir de atividades culturais e esportivas. Letícia disse; “Nosso maior legado é mostrar para a sociedade que nós podemos fazer diferente e não precisamos ficar esperando o poder público fazer o que é preciso fazer. Conseguimos mostrar com esse projeto que com a união de forças é possível termos uma cidade melhor para se viver. A lição desse projeto é que nos faz bem fazer o bem. Poder proporcionar espaços como este para sociedade pode ser um papel de todos”.

Segundo foi informado pela mesma, algumas pessoas são responsáveis por zelar, cuidar e vigiar a praça. Toda a comunidade é envolvida a fim de evitar danos ao patrimônio público, além da construção da praça, a NC Imóveis é responsável pela manutenção da praça, como limpeza, corte da grama, troca de lâmpadas e reparos quando necessário.

Essa obra faz parte da lei municipal intitulada “Adote uma praça” que faz incentivo a construção ou reforma de uma praça em uma área pública pelo Programa Municipal “ADOTE UMA PRAÇA” LEI N° 9108, de 20 de dezembro de 2016. O estado [...] não é o único que pode e deve ser um agente do planejamento.

Os ativismos sociais, como protagonistas da produção do espaço, devem e precisam ter muito a dizer sobre soluções e propostas, e não apenas como críticos daquilo que não lhes agrada, mas como autores de estratégias e planejamentos alternativos (SOUSA, 2004, p. 12).

Dessa forma, a elaboração começa quando há necessidade de organizar um propósito espaço, seja por parte do Estado, seja por parte das empresas, das associações de moradores, e que tem por objetivo um determinado fim.

Praça Bom Jesus – Vila Operária

A praça Bom Jesus está caracterizada pelo comércio em seu entorno, sendo apropriada por partes de vendedores de Pães, verduras, mais também tem seus espaços apropriados pelos moradores de rua, que se instala nesses locais, utilizando-os como suas moradias e criando uma territorialidade nesses espaços.

No que se refere à territorialidade nos espaços públicos, Moreira (2014 p. 4), destaca que:

[...] ao longo processo de urbanização das cidades, alguns locais públicos, sofrem com a falta de estrutura, manutenção e limpeza dessas áreas, proporcionando com isso lugares para as populações de ruas, principalmente as praças, o que para muitos seriam áreas de lazer, para eles, é a sua casa.

As territorialidades que se deu existência em espaços públicos é um agravante que existe na maior parte das cidades ocasionadas pela expansão do urbanismo, que são resultados pelo modo de produção capitalista, ou seja, originando problemas sociais como, desigualdade e vários outros fatores.

Em Rondonópolis os moradores de rua escolhem se efetivar nas praças aonde ocorre mais movimentação pelo comércio, devido ter acesso para pedir ajuda aos comerciantes, devido a esses fatores a praça Bom Jesus pode se observar com frequência a presença desses moradores de rua.

Por esses motivos a praça deixa de ser atrativa para os moradores do bairro, não que seja somente esses problemas que interferem, a praça Bom Jesus falta manutenções, seguranças. A paisagem em que olhamos no espaço da praça são moradores de ruas ocupando essas áreas, tornando a praça em suas moradias, ocasionando essas disfunções desses lugares, Bom, sabemos que são vários problemas sociais que envolvem esses fatos.

Segundo relatos de uma moradora em torno da praça, ao contrário da função que a praça tinha que exercer, certas horas da noite, os moradores têm medo de frequentar a rua pela

grande aglomeração de marginais, e isso dificulta a transição deles, a praça acaba exercendo uma disfunção, onde era para ser lazer, está sendo um ponto de medo.

As praças, pois, são espaços livres, haja vista, nos dias de hoje serem vistas pela maioria das pessoas como espaços abandonados, de mendicância, ponto de drogas, e até mesmo de prostituição, restando para pequena parcela das sociedades alternativas de lazer, meditação, dentre outras atribuições relativas a este setor público que pertence a toda sociedade. No entendimento de Santos (1997),

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá (SANTOS, 1997, p. 51).

A veracidade dos fatos analisados diante do estudo nas praças, mostra que o Poder Público Municipal não vem executando as Leis estabelecidas no Plano Diretor (2006), foi observado que não vem ocorrendo manutenções adequadas pelo poder público, sendo que a manutenção dessas praças é essencial para exercer a sua principal função, favorecendo para que esses lugares não sejam atrativos e não cumpra com suas funções sociais, promovendo à disfunções dessas áreas.

Comentando sobre o artigo 2º do Estatuto das Cidades, Fiorillo (2014) afirma que:

a função social da cidade é cumprida quando esta proporciona a seus habitantes o direito a vida, à liberdade, a igualdade, à segurança e à propriedade (CF, art. 5.o, caput), bem como quando garante a todos um piso vital mínimo, compreendido pelos direitos sociais à educação, saúde, à alimentação, ao trabalho, a moradia, ao lazer, a segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, direitos materiais constitucionais fixados no art. 6.o da CF (FIORILLO, 2014, p. 72).

Diante das pesquisas feitas com frequentadores da praça Bom Jesus, foi informado as opiniões sobre a estrutura da praça, segundo eles devido à quantidade de andarilhos no local vem impedindo que a praça seja mais utilizada.

Segundo informações já houve projeto por parte de um vereador da cidade para retirá-los do local, foram deslocados para suas cidades de origem, mas com tempo voltaram novamente para ocupação.

Fotografia 7: Praça Bom Jesus e sua arborização



Fonte: RODRIGUES, Camila Cláudia de Jesus. Pesquisa de campo realizada em 29/01/2020.

Fotografia 8: Quadra poliesportiva onde os andarilhos fazem de sua moradia



Fonte: RODRIGUES, Camila Cláudia de Jesus. Pesquisa de campo realizada em 29/01/2020.

Os moradores de rua fazem a quadra poliesportiva de suas moradas. Como veremos na foto a seguir. Todas opiniões sobre o local praticamente foram a mesma, tanto as informações passadas dos comerciantes ambulantes que ocupam o local, quanto dos que procuram a praça para descanso e lazer.

Fotografia 9: Parquinho na Praça Bom Jesus



Fonte: RODRIGUES, Camila Cláudia de Jesus. Pesquisa de campo realizada em 29/01/2020.

A quadra poliesportiva possui uma boa estrutura, mais é pouca utilizada, durante os campos em diferentes horários e dias da semana não foi visto apesar de ser bem localizada. Essa área deveria ser utilizada para diversões das crianças, mais como foi relatado pelo senhor entrevistado, nos fins de semana os moradores de rua consomem bebidas alcoólicas e se drogam no local.

Essa área deveria ser utilizada para diversões das crianças, mais como foi relatado pelo senhor entrevistado, nos fins de semana os moradores de rua consomem bebidas alcoólicas e se drogam no local. Os estudantes da Escola Daniel Martins Moura foram entrevistados durante o campo, de acordo com os mesmos, eles informaram que utilizam a praça como lazer, e para estudo, mas também reforçam que a presença de tantos moradores de ruas os intimidam a não ficar mais tempo na praça com maior segurança e tranquilidade, principalmente no período noturno

Fotografia 10: Alunos no banco da Praça Bom Jesus



Fonte: RODRIGUES, Camila Cláudia de Jesus. Pesquisa de campo realizada em 29/01/2020.

Pelos relatos de um Senhor de 59 anos, cujo o nome não quis ser identificado, disse que mora próximo da praça, que se lembra há décadas atrás de quando brincava no local, onde só tinha um campo de futebol de areia, mas tinha felicidade e diversão no local e lamenta ao perceber que a praça está perdendo a sua função principal, qual seja, como já observamos em outras partes deste trabalho, o local de encontro, local de lazer, local onde as pessoas passeavam sem medo de ser feliz.

Sobre a ocupação do espaço da praça por comerciantes, a senhora dona da pastelaria informou que pagam para a prefeitura para utilizar o local. A referida senhora pediu para não ser identificada e nem tirar foto de seu comércio.

Foram elaboradas algumas perguntas para a referida senhora sobre o que ela acha que deveria ser mudado segundo a sua experiência de ocupação do espaço local. Ela citou que pela falta de iluminação não consegue estender seu expediente um pouco mais, além do horário que fecha seu estabelecimento comercial. Ela gostaria de ficar atendendo em seu comércio até o horário de funcionamento do Supermercado Tropical, pois assim angariaria mais lucros com seus produtos de venda. Ela ressalta ainda que está no local há cinco anos com sua pastelaria. Portanto, em relação ao horário de funcionamento, de acordo com seus desejos, seria até as 21:00, mas não foi possível pela falta de segurança e a perturbação dos andarilhos no local.

Fotografia 11: Pastelaria da praça Bom Jesus



Fonte: RODRIGUES, Camila Cláudia de Jesus. Pesquisa de campo realizada em 29/01/2020.

Por outro lado, fazendo um comparativo da praça “Bom Jesus” com a praça “Gustavo Morais Júnior”, é perceptível a disfunção que a primeira exerce, ou seja, as áreas são ocupadas pelo comércio de ambulantes, além de “ser” o habitat de andarilhos, o que contribui para a não presença dos moradores do bairro. A única função que corresponde a de origem,

são os jogos de futebol de salão, que ocorrem na quadra esportiva. Também é possível verificar a falta de iluminação adequada e o odor extremamente desagradável. Portanto, a praça Bom Jesus está aquém daquilo que lhe foi designado a priori, pois, como afirma Costa 1993 “...um espaço público, um lugar coletivo, a praça vive de contatos espontâneos, ao mesmo tempo que cria um sentimento de identidade entre pessoas de um determinado local (...)" (COSTA, 1993, p.244). No caso específico da Praça Bom Jesus não é bem isto o que acontece.

Desta maneira, ainda para Costa (1993, p. 246), os necessários modelos que servem de base das funções das praças são:

- a) Circulação - quando situada na passagem entre pontos significativos para a dinâmica das cidades;
- b) Amenização - representando contraste verde e lugar de descanso oferecido em meio à trama de ruas e moradias;
- c) Recreação - às vezes servindo como ponto de encontro de algum segmento local sob forma de largo, no entorno de pontos consolidados pela história social da cidade, entre outros.
- d) Embelezamento - às vezes servindo como ponto de encontro de algum segmento local sob forma de lago, no entorno de pontos consolidados pela história social da cidade entre outros.

Fotografia 12: Canteiros da praça vila operária



Fonte: RODRIGUES, Camila Cláudia de Jesus. Pesquisa de campo realizada em 29/01/2020.

Como se pode observar pela assertiva de Costa, a praça Gustavo Morais Júnior se aproxima muito dessa função, enquanto a Praça Bom Jesus, ao contrário, está longe de atender minimamente os desígnios de que lhe foram teoricamente propostos em seu momento

de concepção. A praça Bom Jesus não exerce a sua função a contento, pois lhe falta quase tudo o que se espera de uma área de lazer, sociabilidade e ajardinamento.

Em relação ao espaço e arborização, a praça Bom Jesus possui uma beleza natural, o maior problema apresentado nessa praça é tanto a falta de iluminação e a ocupação pelos andarilhos, o que não favorece a frequência deste local.

A praça contém essa academia para ginástica, mais lamentavelmente não é utilizada pela comunidade, devido os problemas que já foram citados. De acordo com, Moreira (2014, p. 5):

O que caracteriza, portanto, esses territórios, na verdade, não são o que neles existem de concreto, mas sim toda a dinâmica de uma junção entre o físico e a presença do homem como peça transformadora desse espaço. Assim enquanto o homem estiver presente, essa é uma forma de territorialidade.

Em Rondonópolis é evidente a negligência do Poder Público Municipal em relação à organização desses espaços, onde cada vez mais é comum perceber o aumento de pessoas apropriando de forma indevida dos mesmos, seja como abrigo ou para o desenvolvimento do comércio informal, contradizendo as leis estabelecidas pelo Plano Diretor (2006).

Fotografia 13: Equipamentos para ginástica



Fonte: RODRIGUES, Camila Cláudia de Jesus. Pesquisa de campo realizada em 29/01/2020.

A propriedade urbana atende a sua função social, quando atende as funções urbanísticas presentes no Estatuto da Cidade e no Plano Diretor. Estas são basicamente: a habitação, o trabalho, a recreação e a circulação dos homens dentro do espaço urbano, constituindo um equilíbrio entre o interesse público e o privado, orientando a utilização do bem no sentido de viabilizar uma qualidade de vida satisfatória para toda a coletividade visando ao desenvolvimento pleno de sua personalidade. Para tanto, desempenha a propriedade urbana um papel específico na configuração das cidades, ao mesmo tempo que visa a proteção do meio ambiente, que encontra escopo nos arts. 170, VI, e 225 da Carta Constitucional vigente,

estabelecendo formas de controle e proteção ambiental além do estabelecimento de áreas especiais de proteção ambiental (MALUF, 2010, p. 61).

Em vista disso, não se pode discorrer sobre a política urbana estabelecida pela Normal Constitucional e validada pelo Estatuto das Cidades, sem compreender que as ações para se consolidar o direito à cidade devem englobar os direitos da coletividade, mas também aos direitos individuais do cidadão, entendendo o cumprimento da função social da cidade ao mesmo tempo com a função social da propriedade.

Considerações finais

Nos últimos anos, em função do abandono do poder público em relação a manutenção/conservação das praças, como também, pela falta de cuidados por parte da sociedade como um todo em preservá-las limpas e em funcionamento adequado, os cenários delas são desastrosos e sem estética nenhuma. E isto tem sido a tônica de muitas praças pelos vários cantos da cidade de Rondonópolis e, quiçá, em outras cidades brasileiras, pois nem o poder público e nem a sociedade tem se preocupado com as funções que as mesmas deveriam ter, ou seja, qualidade estética, sociabilidade, etc. Assim sendo, é patente a falta de políticas públicas que se preocupam com a qualidade das praças. Este trabalho, como já vimos, discutiu um pouco sobre esta situação em tela.

A diferenciação das duas praças analisadas é bem visível, notamos de certa forma um abandono do setor público, contradizendo com o plano Diretor destinado as áreas de lazer para toda população, onde deveria ter manutenções adequadamente, e deveria resolver a ocupação dos moradores de ruas que fazem da praça os seus lares.

Hoje, infelizmente, estes espaços estão na sua maioria malcuidadas refletindo o descaso das autoridades públicas que não os vê com importância. Falta vontade política e Intelecto para gerir com eficiência os espaços públicos. Esses espaços públicos têm se tornado até mesmo um perigo a céu aberto nas cidades, uma vez que é frequentada para pontos de consumo dos mais diversos tipos de drogas, como é o caso da praça Bom Jesus Rondonópolis-MT

A conclusão é relativamente simples, a praça e os cidadãos que transitam ou permanecem na praça, necessitam, com urgência, uma fiscalização maior dos órgãos competentes, começando pela Prefeitura Municipal, passando pela Polícia Militar, e Também

dos cidadãos, de cobrar dos responsáveis a fiscalização e a resolução dos problemas existentes, ou seja, exigir por seus direitos das áreas de lazer adequadamente. Sendo assim os órgãos responsáveis pelas praças deveriam formular um processo das retiradas desses moradores de rua, para casa de apoio por exemplo, o importante é fazer que as funções das praças sejam exercidas corretamente, assim como segue o Plano Diretor.

Precisamos adotar a importância do papel social que as praças públicas desempenham em anexo com os limites da cidade e o quanto é importante adquirir com o crescimento urbano. Portanto concluímos que a função social da propriedade e da cidade está ligada à função exercida pelas praças públicas na estruturação do espaço territorial e como local para incremento da sociabilidade e da aproximação dos direitos sociais estipulados na Constituição Federal. O que averiguarmos aqui não são os processos que se deram ou modificaram as nossas áreas de estudo, mas sim como se dá as relações homem com o ambiente.

Referências

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 1993.

BARROS, Mirian Vizintim Fernandes; VIRGÍLIO Haroldo. **Praças:** espaços verdes na cidade de Londrina. Geografia, Londrina, v.12, n.1, p. 533544, jan/jun. 2003. Disponível em: http://www.ue.br/projetos/atlasrml/publicacoes/periodicos/6713-24456-1-PB_londrina.pdf. Acesso em 21 dez. 2019.

BORGES, Evaldo do Nascimento. **As praças públicas no centro de Ilhéus-BA:** usos, funções e conflitos sociais. (Dissertação de Mestrado). Campinas, 2011.

COSTA, Maria de Lourdes. Urbanismo e paisagismo na concepção de praças. In. **Anais do 4º encontro nacional de estudos sobre o meio ambiente.** Cuiabá: EdUFMT, 1993.

DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingues et al. **Praças:** História, Usos e Funções. Editora da Universidade de Maringá – Fundamentum (15), 2005.

FIORILLO, Celso Pacheco e FERREIRA, Renata Marques. **Estatuto da Cidade comentado:** Lei n. 10.257/2001: Lei do Meio Ambiente Artificial, 6ª edição. São Paulo: Saraiva, 2014.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre. **De largo a jardim:** as praças públicas no Brasil, algumas aproximações. Estudos geográficos: revista eletrônica de geografia, Rio Claro, v.5, n.1, p.101-120, janeiro 2007. Disponível em: http://www.researchgate.net/publication/228654712_DE_LARGO_A_JARDIM_PRAAS_PBLICAS_NO_BRASILALGUMAS_APROXIMAES>. Acesso em: 20 dez. 2019

MALUF, Adriana Caldas do Rego Dabus. **Limitações urbanas ao direito de propriedade**. São Paulo: Atlas, 2010.

MOREIRA, Maria Regina Ritter. **As diversas territorialidades da praça dos carreiros na cidade de Rondonópolis-MT**. I Simpósio Mineiro de Geografia – Alfenas 26 a 30 de maio de 2014. Disponível em:
<<http://www.unifalmg.edu.br/simgeo/system/files/anexos/Maria%20Regina%20Ritter%20Moreira.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2020.

PEREIRA, Aires José. **Ensaio Geográficos e Interdisciplinaridade Poética**. 6. ed. Rio de Janeiro: CBJE, 2020.

PEREIRA, Aires José. **Tangará da Serra: Nova Fronteira Agrícola e Sua Urbanização**. 4. ed. Rio de Janeiro: CBJE, 2021.

ROSS, Jurandyr L. Sanches (Org.). **Geografia do Brasil**. 6. ed. São Paulo: EdUSP, 2011.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2011.

SILVA, Guilhermina Castro et. al. **Aspectos relacionados ao uso e apropriação de praças em áreas centrais de cidades: transformações e permanência**. Revista RA'E GA; Curitiba, n. 18, p. 59-78; Editora UFPR, 2009. Disponível em:
<<https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8>>. Acesso em 22 jan. 2020.

SOUSA, Marcelo Lopes de. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: Unesp, 2004. 136 p.

SPÓSITO, Eliseu Savério. **A vida nas cidades**. São Paulo: Contexto, 1994. (Repensando a Geografia).

VIERO, Verônica Crestani; BARBOSA FILHO, Luiz Carlos. **Praças públicas: origens, conceitos e funções**. (artigo acadêmico). Santa Maria, 2009.

Sites

<<https://primeirahora.com.br/rondonopolis-ganha-mais-um-praca-construida-com-baixo-custo-pela-iniciativa-privada/>>. Acesso em 30 jan.2020.

<<https://leismunicipais.com.br/a/mt/r/rondonopolis/lei-ordinaria/2016/910/9108/lei-ordinaria-n-9108-2016-institui-no-municipio-de-rondonopolis-o-programa-adote-uma-praca>>. Acesso em 30 jan.2020.

<<https://www.tribunamt.com.br/>>. Acesso em 22 jan.2020.

<<https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-rondonopolis-mt> >. Acesso em 22 jan. 2020.

Artigo submetido em: 04 de novembro de 2022.

Artigo aceito em: 15 de dezembro de 2022.